

A imprensa moçambicana na trajectória de eleições de alto risco

Areia para os olhos dos jornalistas

Liguei para uma editora de um órgão de comunicação social nacional, minha amiga, apenas para cumprimentá-la, mas antes que eu dissesse algo, ela apressou-se a desabafar: “está extremamente difícil trabalhar... distinguir entre informação verdadeira e informação falsa, *fake news*... Está toda a gente a atirar-nos areia nos olhos”.

O desabafo desta jornalista chamava a atenção para a qualidade da informação que o público moçambicano tem vindo a consumir, praticamente desde 2023: do longo período eleitoral, iniciado com as eleições autárquicas de 11 de Outubro desse ano, até às eleições presidenciais, parlamentares e das assembleias provinciais, cujos resultados finais foram proclamados pelo Conselho Constitucional no dia 23 de Dezembro de 2024.

Eu e esta jornalista iniciámos daí uma conversa mais ou menos longa, sobre como a *media* nacional tem tratado a avalanche de informações que têm sido postas a circular, através de diferentes canais mediáticos, com maior intensidade a partir do início do mês de Outubro último.

Assim, desde antes, durante e depois das campanhas eleitorais e do anúncio dos resultados, a luta pelo controlo das mentes, através de informações difundidas

Tomás Vieira Mário

Jornalista
Director Executivo
Centro de Estudos de Comunicação
SEKELEKANI
Maputo, Moçambique

por diferentes *media*, desde os tradicionais ou convencionais (rádio, TVs e jornais) até aos digitais, em particular as redes sociais baseadas na Internet – com destaque para as plataformas whatsapp e o Facebook – manteve-se tão renhida quanto se tem mantido imprevisível o desfecho final da crise pós-eleições.

Com efeito, se este ciclo eleitoral foi o mais competitivo, mais controverso e mais violento de sempre (com perto de 200 mortos até Dezembro de 2024, segundo fontes independentes), essas suas características têm sido sempre, e em crescendo, transportadas e intensamente reflectidas nos *media*, onde se confrontam essencialmente duas narrativas: a de uma monumental fraude por um lado, e a de vandalismo nas manifestações em protesto contra os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições, no dia 23 de Outubro, por outro. Na defesa de uma ou da outra das narrativas, tem sido, não raro, difícil distinguir entre a informação noticiosa factual e aquela politicamente contaminada; entre o comentário jornalístico fundamentado e o faccioso, ou

entre debates livres de ideias e programas criados com o fim deliberado de manipulação da opinião pública.

Nesta batalha mediática, já ficou parcialmente para história a tradicional distinção entre os *media* do sector estatal/público e os do sector privado, em que prevalecia uma linha divisória mais ou menos nítida, onde os primeiros eram percebidos como tendencialmente alinhados com a agenda oficial, e os segundos, mais independentes dos poderes públicos. Uma certa agressividade do sector privado, em particular dos canais televisivos, que procuravam questionar a governação, com algum escrutínio sobre a qualidade dos serviços públicos e a conduta de servidores públicos de topo, cedeu, a favor de uma postura mais branda e menos inquisitória.

“Demita-se, Senhora Ministra!”

A mais recente notícia controversa seria aquela difundida na noite do dia 26 de Dezembro, pelo Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, anunciando a evasão de 1.534 reclusos da cadeia central da Machava, na tarde do dia anterior. Segundo ele, esta fuga teria resultado de uma acção premeditada e da responsabilidade de manifestantes “subversivos” que têm vindo a protestar contra os resultados oficiais das eleições do dia 9 de Outubro: na confrontação entre eles e a Polícia teriam morrido 33 pessoas.

Na mesma comunicação, feita em tom particularmente dramático, Bernardino Rafael afirmou esperar a ocorrência, nas próximas 48 horas, de uma grande subida de todo o tipo de criminalidade na cidade de Maputo, devido ao facto de existirem “alguns terroristas altamente perigosos”, entre os reclusos fugitivos.

Entretanto, sobre o mesmo incidente, e no mesmo dia, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (entidade que tutela as cadeias) Helena Kida, dera uma versão diferente, dizendo textualmente que, ao contrário de “algumas informações”, os tumultos não tiveram origem externa, mas sim eclodiram a partir de dentro da penitenciária.

Como seria de esperar, estas comunicações – contendo informações contraditórias – passaram imediatamente a fazer as manchetes dos jornais e os destaques das rádios e TVs, e a alimentar comentários de todo o tipo nas redes sociais, incluindo na imprensa estrangeira: por exemplo, na sua página digital, a Televisão Pública de Angola (TPA) escreveu, no dia 27 de Dezembro, que “terroristas altamente perigosos fogem da cadeia de Maputo”.

Contudo, a maior perplexidade daquela jornalista advinha do facto de dois dias depois desta evasão em massa, terem começado a circular outras notícias, em que, a partir da mesma penitenciária, reclusos disseminaram vídeos, desmentindo, quer a Ministra, quer o Comandante Geral da Polícia. Na versão destes reclusos, amplamente repetida até na *media* internacional, a evasão teria iniciado quando, por qualquer motivo desconhecido, agentes da Polícia balearam mortalmente dois reclusos no interior da penitenciária. Os

tumultos teriam eclodido quando foi negado o pedido de socorro às vítimas, provocando a ira de outros presos, que incendiaram secções da prisão, seguindo-se daí a aludida evasão.

Na sequência do anúncio deste grave incidente, e como forma de precaução contra uma onda de criminalidade que, segundo o Comandante-Geral da Polícia, iria ser provocada pelos fugitivos, uma campanha de patrulhamento nocturno nos bairros de Maputo e Matola foi lançada no dia 27, em que os moradores deveriam vigiar movimentos de homens portadores de catanas, ao longo da noite até ao amanhecer.

Porém, contrariamente a todo o alarido feito sobre a circulação, em alguns bairros, de tais “homens-catana”, nenhuma patrulha apresentou publicamente qualquer bandido armado com catana. Pelo contrário: grupos de jovens com roupa esfarrapada e rostos aterrorizados, apareceram em alguns canais televisivos, acusando a Polícia de os ter levado das ruas à força, ou aliciado com promessas de trabalho rápido remunerado, em Esquadras, para mais tarde largá-los à noite, em locais recônditos, donde, ao serem apanhados pelas patrulhas, seriam apresentados como os destemidos “homens-catana”, evadidos da cadeia central de Machava.

No dia 28 a *media* nacional divulgou imagens de reclusos recapturados e inexplicavelmente mortos na cadeia, e calculados em cerca de 40. As imagens chocaram a opinião pública nacional e mereceram a mais contundente condenação da Ordem dos Advogados de Moçambique, que exigiu uma investigação rigorosa sobre as causas do incidente por uma comissão independente.

Numa reportagem comentada, com projecção de imagens dos reclusos mortos, em que se ouvem vozes de agentes da Polícia identificando as vítimas através de chutos de botas sobre as suas cabeças inertes, Ernesto Marinho, conhecido apresentador da TV Sucesso clamava, insistentemente: “Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Dra. Helena Kida, por favor, demita-se!”

Estes incidentes seguiram-se às manifestações violentas que espalharam destruição e caos por todo o país, sobretudo nos dias 24 e 25 de Dezembro. De acordo com o Ministro do Interior, Pascoal Ronda, num período de 24 horas, precisamente entre os dias 24 e 25, terão morrido 21 pessoas, em 236 “actos de violência grave”, incluindo ataques a esquadras e a cadeias, donde haviam sido libertados presos de diferentes delitos. O caos, com saques e incêndio de estabelecimentos comerciais, tinha-se alastrado por todo o país, ultrapassando visivelmente a capacidade de resposta, sem demasiado derramamento de sangue das forças de defesa e segurança.

Com efeito, críticas sobre o uso desproporcional de força por parte de diferentes ramos da Polícia estiveram sempre presentes na generalidade da *media* independente. A este respeito, e em jeito de rescaldo, Ilídio Nhantumbo, colunista do jornal electrónico “Carta de Moçambique”, na sua edição de 5 de Janeiro de 2025, escreveu: “Enquanto o Estado é tido como republicano e de reacção armada legítima contra o uso ilegítimo da força, nas manifestações e protestos pacíficos, embora com focos localizados de violência, a Frelimo usa meios de coerção do Estado como meio de

manutenção do poder. A PRM, bem como a UIR, têm optado pelo uso desproporcional da força, deixando patente o cunho de entidades partidárias”. A *media* fez igualmente eco de denúncias de organizações internacionais de direitos humanos, como a Human Rights Watch, que exigiam inquéritos sobre a repressão policial desmedida sobre os manifestantes, incluindo sobre crianças e pessoas com deficiência, colocando o Governo em posição dilemática.

Perante esta pressão, a fuga de prisioneiros da cadeia central pode ter sido uma estratégia deliberada das autoridades para criar terror, deslocando o foco das pessoas, das manifestações, para a sua própria segurança, foi colocada esta hipótese em alguns *media*. Nesses termos, a Voz da Alemanha (DW) citou um comentarista moçambicano, Momade Yassin, dizendo: “Tenho dúvidas que não seja uma acção propositada, de quem tem o poder de assim o fazer, para desviar a atenção inicial das manifestações resultantes da crise eleitoral”.

Sobreviver no meio de fogo cruzado

Depois das campanhas eleitorais, em que pela primeira vez havia quatro candidatos presidenciais, – Daniel Chapo (Frelimo), Lutero Simango (MDM), Ossufo Momade (Renamo) e Venâncio Mondlane (Podemos) – dois importantes acontecimentos, ocorrendo sucessivamente nos dias 10 e 19 de Outubro, vão abrir o período mais crítico desta experiência mediática: a 10 de Outubro, dia seguinte ao da votação, Venâncio Mondlane vai declarar-se vencedor das “presidenciais”, com base numa contagem paralela, baseada nas actas e editais dos locais de

voto recebidas de todo país, pelo Podemos, através dos delegados nas mesas, correspondendo, até à altura, a quase 25% das mesas de votação.

Na sua declaração, Mondlane afirma estar a preparar-se para em 2025 assumir o Governo, e acrescenta ter já constituído uma “Comissão de Transição Governativa”, que vai, a partir de Janeiro de 2025, ter acesso aos ministérios (...) para se inteirar dos dossiês (..) e das chaves”. A declaração de Mondlane, muito celebrada por uma larga legião de internautas jovens, vai criar raios de choque junto da Frelimo e do Governo.

Na semana seguinte, dia 19, homens armados desconhecidos vão assassinar a tiro, duas figuras de proa associadas ao Venâncio Mondlane e ao Podemos, nomeadamente Elvino Dias e Paulo Guambe, assessor jurídico do candidato presidencial e mandatário do partido que o apoia. Na generalidade, a *media* vai reportar este acto em termos condenatórios, associando-o, directa ou indirectamente, ao processo político-eleitoral em curso. Praticamente nenhum órgão de informação confere qualquer credibilidade à alegação do porta-voz da Polícia da Cidade de Maputo, dizendo que as mortes estariam associadas a disputas de natureza conjugal.

Na sua reacção, Venâncio Mondlane vai acusar as forças de defesa e segurança de autoria do crime, e convoca uma greve de protesto para o dia 21, em que “não deverá haver trabalho nem circulação”. A *media* vai reportar estes incidentes com grande destaque, incluindo através de debates vivos, abrangendo agora

um novo subtipo de *media* digital ora em florescimento: os *webinars* e podcasts, geridos por grupos de cidadãos ou organizações da sociedade civil, como o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Observatório do Meio Rural (OMR). De um modo geral, a narrativa mediática em torno da figura de Venâncio Mondlane e do Podemos tem tendência a ser-lhes favorável, apoiada por uma intensa campanha de imagem nas redes sociais, onde há sinais de uma vasta rede de apoiantes muito vigilantes.

Entretanto, no meio desta corrente de acontecimentos, a Procuradoria-Geral da República (PGR) vai emitir, no intervalo de uma semana, duas “notificações” a Venâncio Mondlane, acusando-o de violar a Constituição da República, incitar à violência e seguir “comportamentos que violam os princípios e normas ético-eleitorais”. Em vários dias seguidos, praticamente todas as estações de TV – incluindo, portanto, as privadas – vão dedicar seus programas de debates abordando, exactamente, e em tom uniformemente condenatório, a conduta de Venâncio Mondlane, seguindo, com raras excepções, os termos dos comunicados da PGR, o que leva a suspeitar de uma forte pressão da Frelimo e do governo para reverter a tendência até aí dominante.

Entre causa e a consequência: os vândalos

No dia 21 de Outubro, quase duas semanas depois da votação, a polícia vai lançar granadas de gás lacrimogéneo e tiros para o ar, forçando o candidato presidencial Venâncio Mondlane a interromper uma sessão de declarações à imprensa, antes do início de uma manifestação pacífica, que fica

assim abortada, no centro da cidade de Maputo. Esta vai ser a última aparição de Mondlane em público, tendo passando a comunicar por via da sua conta do Facebook, a partir de local desconhecido no estrangeiro.

Três dias depois, no dia 24 de Outubro, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) anuncia os resultados destas eleições, conferindo uma vitória histórica à Frelimo e ao seu candidato presidencial, Daniel Chapo. Com efeito, os resultados anunciados pela CNE conferem ao partido no poder 195 dos 250 lugares na Assembleia da República, bem como a eleição do seu candidato a Presidente da República, Daniel Chapo, com 70,67 por cento dos votos. A grande novidade, porém, destes resultados vai ser a vitória de uma força política até aí praticamente desconhecida, o Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), que vai ocupar o segundo lugar no Parlamento, com 31 deputados, empurrando assim a Renamo para uma desprestigiante terceira posição. Venâncio Mondlane, o candidato presidencial apoiado pelo Podemos, vai aparecer com 20 por cento dos votos validamente expressos. A

partir daí os eventos vão precipitar-se rapidamente, colocando a *media* verdadeiramente no meio de “fogo cruzado”.

Nas semanas que se vão seguir, os protestos populares, que Venâncio Mondlane vai convocar a partir do exterior, com elevada taxa de adesão, vão intermitentemente paralisar o país, e com crescentes níveis de desordem e de violência, um pouco por todo o país, mas tendo como epicentro a cidade de Maputo. Sem surpresa, o pico dos protestos vai registar-se a partir da proclamação final dos resultados do pleito, pelo Conselho Constitucional, no dia 23 de Dezembro, confirmando a vitória da Frelimo e do seu candidato presidencial, Daniel Francisco Chapo.

A partir desta fase dos protestos pós-eleitorais, a *media* nacional vai ver-se disputada por duas tendências de narrativas procurando ganhar as mentes dos cidadãos: por um lado, a narrativa segundo a qual toda a luta e sacrifícios deve ser consentida, em busca da “verdade eleitoral”, e por outro, a versão segundo a qual a Nação corre o risco de cair no caos, com sua frágil economia sucumbido a uma sanha inconsciente de “vândalos”.

A onda violenta que se seguiu à proclamação e validação dos resultados eleitorais, em particular nos dias 24 e 25 de Dezembro, em que os manifestantes saquearam e destruíram diversas infra-estruturas sociais e económicas, incluindo infra-estruturas físicas da Frelimo, esquadras da Polícia e estabelecimentos comerciais, terá atraído de forma monopolista a atenção da *media* ao longo de todo o mês de Dezembro, em detrimento do debate sobre as causas de fundo de todo o caos ora em curso.

Contudo, se os últimos desenvolvimentos (violentos) elevaram, junto da *media* com laços históricos com o Estado, a narrativa de “vândalos” em acção, portanto procurando “despolitizar” os protestos e circunscreve-los ao mero quadro de actos criminais e de desacato à autoridade, os debates mantidos activos pela maioria das TV privadas, de Podcasts e de webinars mantiveram a perspectiva de protestos contra a fraude na agenda política nacional, o que em resumo reflecte o período de maior polarização social jamais vivido ao longo dos 50 anos da independência de Moçambique, que se assinalam no próximo mês de Junho.’